

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMA DE ENSINO

DA

1.^A CADEIRA

DO

2.^o ANO

DIREITO CIVIL

★ ★ ★

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 5 8



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

★ ★ ★

PROGRAMA DE ENSINO

DA

1.^A CADEIRA

DO

2.^o ANO

DIREITO CIVIL

★ ★ ★

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1 9 5 8

1.^a CADEIRA DO 2.^o ANO

DIREITO CIVIL

GENERALIDADES

I

1. Classificação geral do Direito.
2. Localização do Direito Civil.
3. Conceito do Direito Civil.
4. Acepções.
5. Controvérsias sôbre a dualidade do Direito Privado.
6. Distinção entre o Direito Civil e o Comercial: — critérios.

II

7. Evolvimento histórico do Direito Civil.
8. O direito romano.
9. O direito germânico.
10. O direito canônico.
11. O Direito Civil Brasileiro: — elementos históricos e de formação.

III

12. Codificação do Direito Civil Brasileiro: — tentativas.
13. O esboço de Teixeira de Freitas.
14. O projeto de Nabuco de Araújo.
15. O de Felício dos Santos.
16. O de Coêlho Rodrigues.
17. O de Clóvis Bevilacqua.
18. Orientação filosófica e técnica do Código Civil Brasileiro.
19. Alterações. A nova lei de Introdução ao Código Civil.
20. O ante-projeto do Código das Obrigações.
21. Necessidade de reforma do Código Civil.

INTRODUÇÃO

IV

22. A lei: — noção.
23. Caracteres essenciais da lei: — generalidade e obrigatoriedade.
24. Classificação das leis quanto à importância, eficiência, natureza, objeto, espaço e duração.
25. Das leis comuns e das especiais.
26. Dos decretos e regulamentos.

V

27. Obrigatoriedade da lei: — início.

28. Promulgação e publicação da lei.
29. Obrigatoriedade imediata, simultânea e sucessiva. Sistema adotado na Lei de Introdução.
30. Nova publicação para correção do texto.
31. Leis dependentes de regulamento.
32. Ignorância da lei.
33. Cessação da obrigatoriedade.
34. Revogação da lei: — abrogação e derrogação.
35. Revogação expressa e tácita.

VI

36. Eficácia da lei no tempo: — o direito intertemporal.
37. Da retroatividade das leis.
38. Limite das leis no tempo, segundo a doutrina.
39. O direito adquirido, expectativas de direito e faculdades de lei. O ato jurídico perfeito.
40. Sistema da lei brasileira.

VII

41. Eficácia da lei no espaço: — Direito Internacional Privado.
42. O problema da concorrência das leis: — soluções teóricas.
43. Regras adotadas na Lei de Introdução.

VIII

44. Interpretação da lei: — noção.
45. Interpretação quanto à origem e quanto aos elementos.
46. Método tradicional.
47. Novos sistemas hermenêuticos.
48. Regras de interpretação.

PARTE GERAL

IX

49. A relação jurídica: — elementos.
50. O sujeito: — ativo e passivo.
51. O objeto.
52. O fato jurídico.
53. A garantia.
54. Direitos sem sujeito.
55. Dos direitos subjetivos: — pressupostos.
56. Classificação dos direitos subjetivos.
57. Direitos patrimoniais e extrapatrimoniais.
58. Direitos reais e pessoais.
59. Direitos personalíssimos.

X

60. O sujeito de direito: — personalidade e capacidade.
61. Pessoa natural: — início da personalidade.
62. O nascituro.

63. Fim da existência da pessoa.
64. Da comoriência.
65. Os estados: — político, familiar e individual.
66. Condição jurídica do estrangeiro.
67. Condições determinantes do estado individual: — idade, sexo e integridade mental.
68. Capacidade de fato e de direito.
69. Incapacidade absoluta e relativa.
70. Proteção aos incapazes: — representação e assistência.
71. Modos de cessação da incapacidade: — a maioridade e a emancipação.

XI

72. Identificação da pessoa: — o nome.
73. Nome patronímico e o prenome.
74. Direito ao nome: — natureza e proteção.
75. Imutabilidade do nome.
76. Falso nome e pseudônimo.
77. Nome comercial.
78. Registro civil das pessoas naturais: — requisitos.
79. Nascimento, casamento e óbito.
80. Retificação do registro.

XII

81. Da ausência: — conceito.
82. Presunção de ausência.

83. Abertura da sucessão provisória.
84. Sucessão definitiva do ausente.
85. Efeitos da ausência nas relações de família.

XIII

86. Pessoa jurídica: — conceito.
87. Teorias sôbre a sua natureza: — personalidade fictícia e real.
88. Classificação das pessoas jurídicas.
89. Comêço de existência das pessoas jurídicas: — sistemas.
90. Formalidades para aquisição da existência legal.
91. Extinção das pessoas jurídicas.

XIV

92. Domicílio civil da pessoa natural: — elementos essenciais.
93. Importância do domicílio.
94. Espécies: — necessário e voluntário.
95. Domicílio e residência.
96. Mudança de domicílio.
97. Pluralidade de domicílio.
98. Domicílio das pessoas jurídicas.

XV

99. Do objeto do direito: — bem e coisa.
100. Noção econômica e jurídica do bem.

101. Do patrimônio: — conceito e divisão.
102. Divisão dos bens quanto à sua função econômica.
103. Espécies de bens quanto às várias relações.

XVI

104. Dos bens quanto à própria natureza.
105. Corpóreos e incorpóreos.
106. Móveis e imóveis: — importância da distinção.
107. Fungíveis e não fungíveis.
108. Consumíveis.
109. Divisíveis e indivisíveis.
110. Coisas singulares e coletivas, e singulares simples e compostas.
111. Das universalidades de fato e de direito.

XVII

112. Dos bens reciprocamente considerados.
113. Principais e acessórios.
114. Classificação dos acessórios: — frutos, produtos e rendimentos.
115. Divisão dos frutos: — pendentes, percipiendos e colhidos; naturais e civis.
116. Dos produtos.
117. Dos rendimentos.
118. Das benfeitorias: — necessárias, úteis e voluptuárias.

XVIII

119. Dos bens quanto ao respectivo sujeito.
120. Públicos e particulares.
121. Bens de uso comum.
122. Bens de uso especial.
123. Bens patrimoniais ou dominicais.
124. Terrenos de marinha.
125. Bens fora do comércio: — inapropriáveis e inalienáveis.

XIX

126. Do fato jurídico: — noção, função e efeitos.
127. Da aquisição dos direitos.
128. Aquisição originária e derivada.
129. Aquisição gratuita e onerosa.
130. Aquisição a título singular e a título universal.
131. Modificação dos direitos quanto ao conteúdo e ao sujeito.
132. Extinção dos direitos: — perda, abandono, renúncia e perecimento do objeto.
133. Classificação dos fatos jurídicos: — acontecimentos fortuitos e ações humanas.
134. Ações humanas: — atos jurídicos e atos ilícitos.

XX

135. Dos atos jurídicos: — noção.
136. O papel da vontade: — a declaração.

137. O princípio da autonomia da vontade.
138. Classificação dos atos jurídicos.
139. Unilaterais e bilaterais. O contrato e o auto-contrato.
140. Gratuitos e onerosos.
141. *Inter vivos* e *mortis causa*.
142. Principais e acessórios.
143. Requisitos de validade dos atos jurídicos.
144. O consentimento.
145. Interpretação dos atos jurídicos.

XXI

146. Vícios do consentimento: — psíquicos e sociais.
147. O êrro.
148. Êrro de fato e êrro de direito; substancial e accidental.
149. O dolo.
150. Dolo principal e accidental.
151. Coação e temor reverencial.
152. A lesão.
153. A simulação: — absoluta e relativa.
154. Reserva mental ou reticência.
155. Fraude contra credôres: — requisitos.
156. A ação pauliana.

XXII

157. Das modalidades dos atos jurídicos.
158. Da condição: — noção e espécies.

- 159. Da condição suspensiva.
- 160. Da condição resolutiva.
- 161. Do termo: — noção e espécies.
- 162. Do termo inicial e do final.
- 163. Do prazo: — sua computação e presunção.
- 164. Do modo ou encargo: — noção.
- 165. Da pressuposição: — noção.

XXIII

- 166. Da forma dos atos jurídicos.
- 167. O princípio de liberdade da forma.
- 168. Espécies de forma.
- 169. Formas extrínsecas e intrínsecas.
- 170. Formas habilitantes.
- 171. A forma especial.
- 172. Instrumento público e particular.
- 173. Traslados e certidões; pública forma.

XXIV

- 174. Da prova dos atos jurídicos: — noção.
- 175. Regras gerais: — admissibilidade, pertinência e concludência.
- 176. Onus da prova.
- 177. Prova da anuência ou autorização necessária à validade de um ato.
- 178. Instrumento público da substância do ato.
- 179. Instrumento particular e seu valor probante.
- 180. Dos meios de prova: — documentos, teste-

munhas, perícia e presunções (*juris tantum* e *juris et de jure*).

XXV

181. Da ineficácia dos atos jurídicos.
182. Da inexistência: — teorias.
183. Das nulidades: — teorias e classificação.
184. Das nulidades de pleno direito: — caracteres.
185. Das nulidades dependentes de rescisão.
186. Nulidade total e parcial.
187. Dos atos nulos e anuláveis.
188. Da ratificação e convalidação.
189. Comêço de eficácia da anulabilidade.
190. Efeitos da anulação do ato.

XXVI

191. Dos atos ilícitos: — noção.
192. Do ilícito civil e do criminal.
193. Teoria dos atos ilícitos.
194. Requisitos do ato ilícito.
195. A lesão do direito alheio.
196. O dano material e o moral.
197. A culpa: — noção, espécies, modalidades e gradação.
198. A legítima defesa e o estado de necessidade.

XXVII

- 199. Do abuso de direito: — noção.
- 200. Abuso de direito e ato ilícito.
- 201. Abuso de direito e fraude à lei.
- 202. Abuso de direito e ato realizado sem direito.
- 203. Função da teoria do abuso de direito.
- 204. Aplicação da teoria nas relações contratuais e na propriedade.

XXVIII

- 205. Dos acontecimentos naturais: — ordinários e extraordinários.
- 206. Dos acontecimentos extraordinários: — o acaso.
- 207. O caso fortuito e a fôrça maior.
- 208. Efeitos do acaso.
- 209. Dos acontecimentos ordinários.
- 210. Influência do tempo nas relações jurídicas.

XXIX

- 211. Da decadência: — conceito jurídico.
- 212. Traços diferenciais entre decadência e prescrição.
- 213. Efeitos da decadência.
- 214. Prazos extintivos.

XXX

- 215. Da prescrição: — conceito jurídico e fundamento.

- 216. Requisitos e efeitos.
- 217. Renúncia da prescrição e alegação.
- 218. Retroatividade da lei prescricional.
- 219. Início da prescrição.
- 220. Impedimento, suspensão e interrupção: — causas e efeitos.
- 221. Dos prazos prescricionais.

XXXI

- 222. Da garantia: — a proteção dos direitos.
- 223. A auto-defesa, a legítima defesa e o estado de necessidade.
- 224. A defesa por meio de ação judicial.
- 225. Condições para acionar.
- 226. Divisão das ações: — quanto ao fundamento, ao objeto e ao processo.
- 227. Meios assecuratórios de conservação dos direitos.
- 228. Da conciliação e da arbitragem.

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

PARTE GERAL

XXXII

- 229. Conceito do Direito das Obrigações.
- 230. Natureza dos direitos obrigacionais.
- 231. Distinção entre os direitos obrigacionais e os reais.
- 232. Tipos intermediários e natureza jurídica.

233. Conteúdo e divisão do Direito das Obrigações.

XXXIII

234. Da obrigação: — acepções.
235. Elementos constitutivos da obrigação.
236. Do sujeito.
237. Do objeto da obrigação: — conteúdo.
238. Da prestação: — conteúdo e requisitos.

XXXIV

239. Classificação das obrigações.
240. Das obrigações perfeitas e imperfeitas.
241. Da obrigação natural.
242. Efeitos da obrigação natural.

XXXV

243. Divisão das obrigações pelo sujeito.
244. Das obrigações simples e múltiplas.
245. Divisão das múltiplas em conjuntas e disjuntas.
246. Das obrigações conexas.
247. Das obrigações fracionárias.

XXXVI

248. Das obrigações de sujeitos múltiplos.
249. Das obrigações solidárias: caracteres.
250. Da solidariedade ativa.

- 251. Da solidariedade passiva.
- 252. Da solidariedade convencional.
- 253. Da solidariedade legal.
- 254. Efeitos da solidariedade.

XXXVII

- 255. Divisão das obrigações pelo objeto.
- 256. Das obrigações positivas e negativas.
- 257. Divisão das positivas em obrigações de dar e de fazer.
- 258. Importância prática da distinção.
- 259. Das obrigações de dar coisa certa.
- 260. Das obrigações de dar coisa incerta.
- 261. Dívida pecuniária.
- 262. Dívida de interêsse.
- 263. Obrigação de indenizar.

XXXVIII

- 264. Das obrigações de fazer e de não fazer.
- 265. Das obrigações de fazer.
- 266. A regra "*Nemo precise cogi potest ad factum*".
- 267. Das prestações fungíveis e não fungíveis.
- 268. Das obrigações negativas ou de não fazer.

XXXIX

- 269. Das obrigações de objetos múltiplos: —
noção geral.
- 270. Das obrigações alternativas.

- 271. Da unidade ou pluralidade das obrigações alternativas.
- 272. A concentração do débito.
- 273. Das obrigações cumulativas.
- 274. Das obrigações facultativas.
- 275. Regras gerais.

XL

- 276. Das obrigações divisíveis e indivisíveis.
- 277. Interêsse da distinção.
- 278. Causa da indivisibilidade: — natural e convencional.
- 279. Efeitos da indivisibilidade.
- 280. Das obrigações instantâneas e contínuas.

XLI

- 281. Modalidades acessórias das obrigações.
- 282. Das obrigações condicionais.
- 283. Das obrigações a termo.
- 284. Das obrigações modais.

XLII

- 285. Das obrigações com cláusula penal.
- 286. Natureza da cláusula penal.
- 287. Questões sôbre a cláusula penal.
- 289. Da *mulcta penitentialis*.

XLIII

- 290. Da transmissão das obrigações: — noção geral.
- 291. Da cessão do crédito.
- 292. Caracteres e requisitos.
- 293. Condições intrínsecas e extrínsecas.
- 294. Efeitos.

XLIV

- 295. Da cessão do débito: — noção.
- 296. Caracteres distintivos.
- 297. Condições.
- 298. Casos de cessão do débito.
- 299. Efeitos.

XLV

- 300. Da subrogação: — definição.
- 301. Natureza jurídica.
- 302. Espécies: — legal e convencional.
- 303. Efeitos.

XLVI

- 304. Da extinção das obrigações.
- 305. Do pagamento: — noção.
- 306. De quem deve pagar.
- 307. De quem pode pagar.
- 308. Do pagamento por terceiro.

- 309. A quem se deve pagar.
- 310. Do pagamento a representante.
- 311. Do pagamento a credor aparente.

XLVII

- 312. Do objeto de pagamento.
- 313. Pagamento de dívida pecuniária.
- 314. Cláusulas relativas à depreciação monetária.
- 315. Indivisibilidade do pagamento.
- 316. Da quitação.
- 317. Do pagamento em prestações periódicas.
- 318. Da prova de pagamento.

XLVIII

- 319. Do lugar e tempo de pagamento.
- 320. Determinação do lugar de pagamento.
- 321. Fixação convencional.
- 322. Determinação pelas circunstâncias, pela natureza da obrigação e pela lei.
- 323. Determinação do tempo de pagamento.
- 324. Do vencimento.
- 325. O princípio da satisfação imediata.
- 326. Casos em que o credor pode exigir a dívida antes do vencimento.

XLIX

- 327. Conseqüências do inadimplemento das obrigações.
- 328. Do direito de retenção.
- 329. Da mora.

- 330. Espécies de mora: — *solvendi* e *accipiendi*.
- 331. Requisitos da mora *solvendi*.
- 332. Efeitos da mora *solvendi*: — a *perpetuatio obligationis*.
- 333. Quando e como se purga a mora do devedor.
- 334. Requisitos da *mora accipiendi*.
- 335. Efeitos.

L

- 336. Dos modos de pagamento.
- 337. Do pagamento por consignação.
- 338. Da imputação de pagamento.
- 339. A dação em pagamento: — natureza e regras.

LI

- 340. Da novação.
- 341. Condições.
- 342. Efeitos.
- 343. Da compensação.
- 344. Formas: — legal, facultativa e judicial.
- 345. Condições.

LII

- 346. Da remissão de dívida.
- 347. Condições de validade.
- 348. Da prescrição extintiva.
- 349. Da transação e do compromisso.
- 350. Natureza jurídica dêesses institutos.

LIII

- 351. Da inexecução das obrigações.

- 352. Causas de inexecução.
- 353. Da inexecução voluntária.
- 354. Da inexecução involuntária.
- 355. Da impossibilidade de executar.
- 356. Espécies de impossibilidade.
- 357. Conceito moderno de impossibilidade.

LIV

- 358. Da inexecução culposa.
- 359. Da culpa: — conceito e acepções.
- 360. Do dolo.
- 361. Do *pactio de dolo non prestando*.
- 362. Da culpa contratual.
- 363. A teoria da culpa no direito moderno.
- 364. Da responsabilidade por culpa alheia.

LV

- 365. Consequência da inexecução culposa.
- 366. Do dano contratual: — natureza.
- 367. Requisitos.
- 368. Do dano patrimonial e do moral.
- 369. Caráter da indenização.
- 370. Condições de exigibilidade.
- 371. Da liquidação das perdas e danos.

LVI

- 372. Da inexecução involuntária.
- 373. Efeitos do acaso.

- 374. O caso fortuíto e a fôrça maior na doutrina moderna.
- 375. Elementos do caso fortuíto.
- 376. A ausência de culpa.
- 377. Efeitos do caso fortuíto.
- 378. Novas correntes doutrinárias.

LVII

- 379. Teoria dos riscos.
- 380. Conceito jurídico de riscos.
- 381. Regras sôbre a atribuição dos riscos.
- 382. Unidade de princípio sôbre a atribuição de riscos.
- 383. As regras — *res perit domino; res perit creditori e res perit debitori*.
- 384. Os riscos no Código Civil.

LVIII

- 385. Teoria da imprevisão: — histórico.
- 386. A noção da imprevisão.
- 387. Fundamentos: — teorias.
- 388. Requisitos de aplicação.
- 389. Efeitos da imprevisão.
- 390. Da cláusula *rebus sic stantibus*.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife.
Janeiro de 1958.

Prof. Abgar Soriano de Oliveira
Catedrático

THE UNIVERSITY OF CHICAGO



Imprensa Universitária